

**PROGRAMA DE GOVERNO  
DA CIDADE DE LISBOA**

# UMA CIDADE DAS PESSOAS

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA

**UNIRLISBOA**  
[www.antonio costa2009.net](http://www.antonio costa2009.net)



# LISBOA SABE QUEM SOMOS.



## ÍNDICE

<b>RAZÕES DE UMA CANDIDATURA</b>	
Balanço de um mandato	05
Uma visão para a cidade	06
<b>OS NOSSOS COMPROMISSOS</b>	
Uma Câmara que cuida bem da cidade	08
Uma cidade das pessoas	09
Uma cidade de bairros	10
Uma cidade preparada para os grandes desafios do futuro	12
<b>GRANDES OBJECTIVOS DO PROGRAMA DE GOVERNO DA CIDADE</b>	14
<b>1 - Lisboa, cidade amigável</b>	16
Espaço público e a melhoria dos bairros	17
Segurança, pressuposto da cidadania	19
Inclusão social e interculturalidade	21
Desporto e promoção de uma vida activa e saudável	24
<b>2 - Lisboa, cidade de oportunidades</b>	27
Re-Habitar Lisboa	28
Educação e equipamentos de proximidade	33
Uma cidade de jovens e estudantes	35
Uma oportunidade para a cultura	36
<b>3 - Lisboa, cidade sustentável</b>	38
Estrutura ecológica	39
Eficiência energética	40
Mobilidade	41
<b>4 - Lisboa, cidade competitiva, inovadora e internacionalizada</b>	43
Infra-estruturas para fixação de empresas	44
Dinamização do comércio	47
Promoção e valorização externa	48
<b>5 - Um governo próximo, rigoroso e participativo</b>	49
Reforço da proximidade	51
Reforço da eficiência e rigor	51
Reforço da participação	51
Reforço da transparência	52
<b>A ESCOLHA QUE ESTÁ EM JOGO</b>	54

# RAZÕES DE UMA CANDIDATURA

A candidatura Unir Lisboa apresenta-se às eleições para a Câmara Municipal de Lisboa com a convicção de que o trabalho realizado nos últimos dois anos permitiu estancar a paralisia que havia assaltado a administração municipal, afastar o descrédito em que o Município havia caído junto dos cidadãos e das empresas, e sobretudo, começar a concretizar a cidade do futuro que os lisboetas merecem.

Após dois anos deste mandato chegou o tempo de concretizar uma visão de futuro sustentável para a cidade de Lisboa.

Esta visão de futuro implica um programa conjunto coerente, uma liderança forte e uma equipa experiente, solidária e com provas dadas. Mas também implica exercer o poder com transparência, em constante diálogo com os cidadãos, incentivando múltiplas formas de participação e submetendo as decisões de fundo ao escrutínio da opinião pública e dos moradores e utilizadores de Lisboa.

A candidatura Unir Lisboa representa uma convergência de esforços entre o Partido Socialista, o Movimento Cidadãos por Lisboa e a Associação Lisboa é Muita Gente para construir uma solução de governo municipal merecedora da confiança da maioria dos lisboetas. Os anos passados demonstram que o governo da cidade e os desafios que Lisboa enfrenta só podem ser superados com uma maioria nos órgãos de governo municipal, que leve a cabo a execução de um programa em condições de diálogo e concertação com os cidadãos e os diversos agentes da cidade.

## BALANÇO DE UM MANDATO

Desde 2007 que se assumiu que o trabalho em curso não se encerrava no período de dois anos, mas que este era o primeiro tempo de um ciclo de seis anos que terminará no final do próximo mandato. E esse primeiro tempo foi essencial para que, nos próximos anos, se possam levar a cabo os objectivos ambiciosos deste programa.

Por um lado, procedeu-se ao **saneamento financeiro do Município** – pagando a fornecedores; reestruturando o passivo e assegurando que o Município volta a ter condições financeiras e de credibilidade para executar os programas e projectos com que nos comprometemos.

Por outro lado, fez-se um esforço decisivo de **transparência e de formulação de regras aplicáveis ao funcionamento dos serviços municipais** e ao relacionamento da Câmara com os cidadãos e as empresas. A superação do défice regulamentar efectua-se pela elaboração e pela aprovação – nalguns casos por unanimidade – de muitos regulamentos cuja aprovação era imposta por lei e cuja ausência propiciava decisões pouco claras e ilegais. Convém recordar, aliás, que foi a ausência dessas regras que levou à queda do anterior executivo municipal. Assim, foram aprovados, ou em fase de aprovação, o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação; o regulamento de compensações urbanísticas; o regulamento de taxas relacionadas com actividades urbanísticas, regulamento de alienação de imóveis municipais; regulamento de atribuição de fogos municipais; regulamento de alienação de complementos de lote e o regulamento de atribuição de apoios.

Fez-se, também, um trabalho importante de **reflexão e aprovação de documentos estratégicos**, em alguns casos já pela Assembleia Municipal, que identificam os objectivos da actividade municipal num conjunto de áreas e que permitem balizar a actividade municipal dos próximos anos. A ausência desses documentos bloqueava a actividade do Município e de empresas. Assim, elaboraram-se o Programa Local da Habitação, o Plano Gerontológico, a Carta Educativa, a Carta de Equipamentos de Saúde, a Carta Desportiva e Estratégias para a Cultura. Na área urbanística, avançaram ou concluíram-se os trabalhos de elaboração de diversos planos: como os da Baixa Pombalina, em que se aprovaram medidas preventivas (permitindo a execução de diversos projectos bloqueados pelas regras anteriores) ou o do Parque Mayer, entre outros. Aprovaram-se ainda as medidas preventivas do Plano Verde. Acordou-se com o Governo as condições de transmissão para o domínio municipal de amplas áreas da frente ribeirinha, anteriormente afectas à Administração do Porto de Lisboa. Iniciaram-se, ainda, os trabalhos de elaboração de uma carta estratégica para o Município, conducente à aprovação, no próximo mandato, de um plano estratégico para o horizonte 2010-2024. Finalmente, realizaram-se os trabalhos de revisão do Plano Director Municipal, estando em condições de ser submetido a debate público.

Finalmente, executaram-se muitas **medidas e tarefas previstas nos programas eleitorais de 2007**, as quais correspondem não apenas ao cumprimento de compromissos eleitorais, mas igualmente à correcção da imagem de desmazelo e incúria a que a cidade estava votada. Assim se concluíram obras paradas em curso em jardins e espaços públicos, se procedeu à repavimentação de vias e passeios, ou se procedeu à limpeza de muitas áreas degradadas. Muito há ainda por fazer mas o mandato foi curto e as condições difíceis.

A candidatura Unir Lisboa apresenta-se às próximas eleições com a convicção do dever cumprido, mas também com a confiança de que o trabalho já executado constitui a melhor base para as tarefas que de futuro se avizinham. É porque levámos a cabo todas estas actividades que podemos comprometer-nos com o presente programa.

## UMA VISÃO PARA A CIDADE

A candidatura Unir Lisboa apresenta-se, assim, às eleições em nome de uma visão clara do que pode ser o futuro de Lisboa e com a vontade de contribuir para a concretização dessa visão.

Eis a nossa visão e o sentido do nosso programa de governo para Lisboa:

Lisboa será uma cidade para as pessoas, aberta, intercultural e solidária, investindo na qualidade de vida, do ambiente urbano e na segurança, com uma actividade cultural intensa, capaz de reter e atrair recursos humanos qualificados e com uma vida urbana rica e diversificada.

Queremos uma cidade orgulhosa do seu património e do seu território singular, centro de uma região metropolitana competitiva, presente na economia global com serviços dinâmicos, actividades criativas, turismo, comércio e lazer e integrada nas grandes redes de circulação de pessoas, informação e mercadorias.

Queremos uma cidade capaz de responder aos desafios ambientais do nosso tempo, energeticamente eficiente, que saiba reduzir as fontes de poluição e preservar os equilíbrios essenciais entre os sistemas naturais e os sistemas construídos.

Queremos uma cidade bem governada, que garanta a participação informada dos cidadãos e a actuação concertada dos serviços municipais e de outros agentes da cidade no processo de formação das decisões e na realização das tarefas e projectos que viabilizem a concretização da nossa visão, em especial quando estejam em causa posições estratégicas ou de grande impacto no património, no ambiente, na economia, no tecido social ou na imagem da cidade. A administração municipal será independente na afirmação da autonomia, da identidade e dos interesses de Lisboa perante a administração central e será gerida numa lógica de proximidade.

Queremos uma cooperação institucional exigente entre os órgãos autárquicos (Câmara, Assembleia e Freguesias) no respeito pela diversidade de competências e pontos de vista, na defesa dos interesses da cidade.

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA

# OS NOSSOS COMPROMISSOS.

UNIR LISBOA  
[www.antonio costa2009.net](http://www.antonio costa2009.net)



São estes quatro compromissos essenciais desta candidatura que presidirão à execução do seu programa eleitoral:

- uma Câmara que cuida bem da cidade
- uma cidade das pessoas
- uma cidade de bairros
- uma cidade preparada para os grandes desafios do futuro

# UMA CÂMARA QUE CUIDA BEM DA CIDADE

A função primeira da Administração Municipal é assegurar o funcionamento da infra-estrutura básica essencial de suporte à vida urbana. O primeiro dever da Câmara é assegurar que Lisboa seja uma **cidade exemplar do ponto de vista da limpeza, da iluminação, da circulação**. Só assim podemos atrair ou fixar residentes, empresas e visitantes. Temos de garantir pavimentos em condições, pontos de recolha de lixo limpos, jardins bem mantidos, espaço público cuidado, acessível e seguro, estaleiros de obra que respeitem os direitos dos peões, publicidade exterior disciplinada. Cuidar da cidade é um trabalho exigente e permanente, que passa pelos serviços municipais e pelas boas práticas dos cidadãos, pela atenção dos moradores à manutenção dos seus bairros, pela civilidade entre todos os que residem, visitam ou trabalham em Lisboa.

Cabe também à Câmara responder às solicitações dos munícipes e dos investidores, de forma célere, fiável, objectiva e rigorosa, de forma a reduzir os riscos e custos de contexto das actividades económicas e, assim, atrair mais investimento. Pouco interessa anunciar grandes projectos ou grandes objectivos se não se é capaz de assegurar que as pessoas e as empresas encontram uma cidade que funciona. A atenção dos eleitos municipais e os recursos da Câmara têm, assim, de estar focados na necessidade de elevar os padrões dos serviços de gestão urbana. **Assim, o nosso primeiro compromisso com a cidade é este - elementar mas absolutamente essencial: colocar os serviços municipais ao serviço de uma cidade** que, sendo a capital de Portugal, tem também de ser exemplar nos serviços urbanos que presta.

# UMA CIDADE DAS PESSOAS

O modelo de governação que propomos assenta na **dimensão humana das políticas para a cidade**.

Não queremos uma cidade, igual a tantas outras, obcecada com a criação de mais-valias e, consequentemente, sujeita a grande pressão urbanística e especulação. Pelo contrário, queremos conforto, segurança e solidariedade. Queremos reconstruir e valorizar o espírito de bairro, estimular o “sentimento de pertença” entre os cidadãos e o seu bairro.

Numa cidade das pessoas, a cultura, a criação e o património são valores estruturantes, não apenas porque garantem o direito à identidade e à memória, mas porque são factores de mudança e futuro. A cidade das pessoas é solidária e inclusiva, e integra e qualifica todos os seus habitantes, valoriza as diferenças e acolhe as diversidades culturais, étnicas e sexuais e incentiva a liberdade de escolha dos modos de vida. Uma cidade activa e saudável, que permite a todos fruir espaços de qualidade e condições naturais particulares.

Queremos criar condições para re-Habitar Lisboa, requalificando, reabilitando e reocupando os edifícios degradados e devolutos, dignificando o espaço público, dinamizando o comércio e as actividades locais, promovendo o acesso à habitação condigna das diferentes camadas sociais e geracionais.

Num período de crise económica e social que atravessamos a cidade do futuro tem de ser construída com o esforço e a participação de todos. A crise é uma oportunidade para reequacionar os valores da comunidade em que nos inserimos e assim preparar o futuro em conjunto. Sabemos que os problemas não se resolvem apenas a partir da Câmara Municipal. A mobilização dos habitantes, em cada bairro e freguesia, e dos que querem investir na modernização da cidade, é fundamental para superar os constrangimentos financeiros que a crise implica. Mas é também uma oportunidade para o exercício de novas formas de cidadania, de solidariedade militante e responsável, de promoção da criatividade e da inovação.

**A Câmara Municipal e os seus serviços adoptarão uma nova postura de relacionamento com os munícipes, com os investidores e outros actores que actuam na cidade.** Reforçando uma verdadeira cultura de serviço público, disposta a resolver os problemas e a encontrar as soluções. Não bastam as medidas SIMPLIS para tornar os procedimentos menos burocratizados, é indispensável reforçar a actuação pró-activa dos agentes municipais para fazer com que as coisas aconteçam.

# UMA CIDADE DE BAIRROS

O nosso modelo de governação assenta ainda na atenção à escala local, embora Lisboa deva afirmar a sua identidade no espaço metropolitano, nacional e global.

Nas últimas décadas, muitas mudanças ocorreram em Lisboa. A cidade perdeu uma grande parte dos seus habitantes, as gerações mais jovens saíram para a periferia onde a habitação era mais acessível e há uma grande quantidade de edifícios e fogos devolutos, mesmo nas áreas mais nobres, incluindo o centro histórico, fenómeno acompanhado pelo declínio físico, ambiental, económico e social do tecido urbano. Também a estrutura urbana mudou.

Algumas das áreas que se consolidaram no passado, como as Avenidas Novas, Campo de Ourique e Alvalade, continuam a ter uma vitalidade urbana importante, não obstante a perda e envelhecimento da população, mas exigem

medidas de requalificação e resolução de estacionamento de residentes e visitantes.

Surgiram novas áreas residenciais, sobretudo na coroa norte da cidade - como em Benfica, São Domingos de Benfica, Carnide, Lumiar, Charneca e Ameixoeira - mas os equipamentos, os transportes e o espaço público estão longe de ter acompanhado as mudanças ocorridas.

Os bairros de realojamento de iniciativa pública - muitos deles da década de 90, provenientes do programa PER, localizados sobretudo na zona oriental e outros dispersos pela cidade - confrontam-se com dificuldades de integração da população, carências de transportes e equipamentos e espaços públicos mal tratados, degradação das condições físicas e de segurança. São no entanto bairros onde há muita população jovem e um dinamismo associativo e demográfico que é fundamental para a cidade. Subsistem, por outro lado, situações de grande desigualdade urbana em bairros de iniciativa cooperativa, de auto-construção ou de génese ilegal cujos processos de regularização e requalificação ficaram esquecidos ou não foram levados até ao fim e que urge concluir. Há ainda áreas centrais - como o eixo Martins Moniz - Almirante Reis - que têm vindo a atrair população imigrante, com grande capacidade de iniciativa. São áreas onde se experimenta uma nova multiculturalidade, que pode reatar a mais antiga tradição da capital, terra de “muitas e desvairadas gentes” ao longo da sua história multissecular, mas que colocam difíceis desafios de inclusão e vizinhança.



A candidatura Unir Lisboa assume como unidade fundamental de vivência e de gestão da cidade os vários bairros que compõem Lisboa.

Lisboa tem de voltar a ser uma cidade de bairros, de relações de solidariedade e vizinhança, de ruas vivas e seguras onde idosos ou crianças possam andar em segurança ou brincar. Tem de ser um espaço de inclusão e coesão social, que favoreça a igualdade de oportunidades e a dignidade das diferenças. Uma cidade intercultural, uma cidade de liberdade e de escolhas, aberta e equilibrada. Uma cidade para todas as idades, com mais oportunidades e menos desigualdades.

A lógica de governação do Município que propomos assenta na escala do bairro e tem de privilegiar a proximidade em várias dimensões: na qualidade ambiental; nos serviços urbanos básicos; na requalificação do espaço público, nomeadamente a acalmia de tráfego e regulação do trânsito e estacionamento; na limpeza urbana e manutenção dos espaços verdes; nos programas de inclusão social; na gestão e dinamização do pequeno comércio e dos espaços para instalação de novas actividades económicas; no acesso aos equipamentos públicos e na dinamização da vida local. Esta lógica terá como parceiros fundamentais as juntas de freguesia, cuja experiência e capacidade de actuação no terreno é uma mais valia para toda a cidade. Queremos reconstruir e valorizar o espírito de bairro.

A administração municipal terá de ser redesenhada para poder intervir à escala local, em articulação com as freguesias e com os cidadãos. Este novo modelo impõe três níveis de actuação na reorganização dos serviços e empresas municipais:

- **Organização de base geográfica e articulação das várias funções à escala local;**
- **Descentralização de novas competências e recursos nas freguesias,** associadas, se necessário, numa escala que permita intervenções integradas a nível de bairro e uma adequada contratualização de serviços ou actividades.
- **Novas formas de articulação com os cidadãos,** privilegiando o atendimento directo, o acesso a informação on-line e a desburocratização dos procedimentos. A escala de proximidade deverá facilitar ainda a participação das organizações de moradores e das múltiplas formas associativas que asseguram grande parte da actividade desportiva, cultural, solidária e cívica em Lisboa.

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA

UNIR LISBOA     
www.antoniocosta2009.net

# UMA CIDADE PREPARADA PARA OS GRANDES DESAFIOS DO FUTURO

A cidade que herdámos é a cidade que nos legou os bairros históricos, as grandes avenidas, o Parque de Monsanto e Alvalade, mas é também, a Lisboa onde o aeroporto está no centro da cidade, o porto ainda ocupa quase toda a margem do Tejo, os bairros da coroa norte estão insuficientemente estruturados e há dezenas de milhares de alojamentos vagos. É ainda a Lisboa que perde população, que concentra demasiado transporte automóvel individual, que aguarda uma reestruturação profunda das suas acessibilidades e que não pára de aumentar a sua pegada ecológica por incapacidade de se adaptar às novas exigências energéticas e ambientais.

É ainda dentro desta matriz que Lisboa funciona; é ela que, por um lado, estrutura a vida urbana e, que, por outro lado, constitui o maior constrangimento ao desenvolvimento urbano para responder às necessidades da vida actual e à visão da cidade que preconizamos.

**O grande desafio que agora se nos coloca é estruturar a cidade do futuro, a Lisboa dos lisboetas e de todos os Portugueses**, democrática e Europeia, inserida no mundo global, que valoriza as pessoas e a sua diversidade, o território e o Tejo, o património antigo e moderno tangível e intangível, os elementos da memória, a cultura e o ambiente, o efeito regenerativo das áreas permeáveis e das árvores no espaço urbano.

Na concretização dessa tarefa, Lisboa enfrenta três grandes desafios para os quais tem de se preparar:

- o **desafio das novas acessibilidades**, que embora constituído por grandes projectos de âmbito nacional e regional afecta profundamente o território da capital e pode mudar o dia-a-dia das pessoas;
- o **desafio energético-ambiental**, que implica uma mudança profunda nos nossos hábitos de transporte e uma reabilitação inteligente do tecido edificado;
- o **desafio demográfico**, procurando atrair e fixar população em condições condignas de habitação, emprego e vivência urbana.

Não podemos ignorar os grandes projectos que foram anunciados e que constituirão uma verdadeira revolução nas acessibilidades metropolitanas e nacionais. Estes projectos têm de ser articulados com as exigências de poupança energética e diminuição da poluição atmosférica e sonora que atingem em Lisboa valores insustentáveis. Pelos seus impactos e pela sua dimensão, são projectos em que o Município deverá ter uma palavra decisiva.

A anunciada saída do aeroporto da Portela; a inserção da estação central da Rede Alta Velocidade; a nova travessia do Tejo; a reconquista para a gestão municipal e para o usufruto dos cidadãos de grande parte da frente do rio Tejo; o re-

desenho da rede ferroviária metropolitana, com a ligação da linha de Cascais à linha de Cintura e aoanel ferroviário da margem Sul; o plano de expansão da rede de Metro, definido com a participação activa da Câmara Municipal; a libertação de muitos terrenos até hoje ocupados por instalações do Estado (quartéis, prisões, hospitais, escolas); a utilização dos vazios urbanos que ainda existem espalhados um pouco por toda a cidade; as grandes operações urbanísticas que se encontravam bloqueadas e que neste mandato foram resolvidas - todos estes temas são oportunidades de debate e participação cívica, informada e fundamentada, no quadro da revisão do Plano Director Municipal, e do respectivo debate público. Lisboa tem de estar preparada para tomar posição nestes temas de forma coerente e não casuística, perspectivando consequências que irão fazer-se sentir nas próximas décadas, quer na vida dos cidadãos, quer no funcionamento da cidade.

A cidade tem também que se adaptar às novas exigências de qualidade de vida urbana e de sustentabilidade ambiental, investindo na estrutura verde - nos corredores verdes, no aumento do solo permeável, já definidos, na reabilitação dos espaços verdes, degradados e na arborização e com na construção de novos parques e jardins de grande dimensão.

A cidade tem que deixar de estar fechada sobre si própria, como velha capital de um império que já não existe. Tem de se projectar como cidade aberta, cosmopolita, inter-étnica, parte do território mais vasto que é a grande Lisboa. Valorizando o seu centro tradicional, tem de criar novas centralidades que estruturam os seus espaços mais recentes.

A cidade deve definir e preservar espaços destinados à instalação de corredores para circulação de transportes públicos e modos de mobilidade suave, como as novas linhas de eléctricos rápidos, a rede de ciclovias já em curso e os percursos pedonais simples ou assistidos por meios mecânicos.

A cidade tem de ser exigente no desenho da paisagem urbana, apostando na arquitectura contemporânea e na modernidade do espaço público sem descaracterizar o seu património natural e construído, pelo contrário, valorizando-o e acrescentando-o. A cidade tem de cuidar do tecido edificado, promovendo a sua reabilitação e utilização eficientes, recorrendo de forma sistemática às energias renováveis.

A cidade tem de desenvolver uma política de atracção da população, criando condições favoráveis de acesso à habitação, ao emprego, aos transportes públicos e ao equipamento de proximidade. Mas também cuidando de si mesma e da sua própria beleza, fruto de uma história e uma geografia singulares, que a moldaram e não podem ser ignoradas.

A cidade tem de ser uma área de oportunidades, não apenas económicas e de criação de emprego, mas também sociais e culturais.



# GRANDES OBJECTIVOS DO PROGRAMA DE GOVERNO DA CIDADE.

As quatro dimensões fundamentais que nortearão a acção dos eleitos da candidatura UNIR LISBOA no próximo mandato e que atrás se enunciaram deverão traduzir-se num programa de governo da cidade, que será estruturado em função de cinco grandes objectivos:

- Lisboa, cidade amigável
- Lisboa, cidade de oportunidades
- Lisboa, cidade sustentável
- Lisboa, cidade competitiva, inovadora e internacionalizada
- Um governo próximo, rigoroso e participativo

# 2



**LISBOA,  
CIDADE DE OPORTUNIDADES.**

# 3

**LISBOA,  
CIDADE SUSTENTÁVEL.**



**UM GOVERNO PRÓXIMO,  
RIGOROSO  
E PARTICIPATIVO.**

# 5



**LISBOA,  
CIDADE COMPETITIVA,  
INOVADORA  
E INTERNACIONALIZADA.**

# 4

# 1



**LISBOA, CIDADE AMIGÁVEL.**

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA

UNIR**LISBOA**  
[www.antonio costa2009.net](http://www.antonio costa2009.net)



# LISBOA, CIDADE AMIGÁVEL.

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA

O objectivo «Lisboa, cidade amigável» inclui o conjunto das medidas, programas e projectos que visam contribuir, a prazo, para a melhoria da relação entre a cidade e os seus habitantes. Passa pela qualificação do espaço público e pela melhoria dos bairros, pela **segurança** como condição de cidadania, pela **inclusão social**, pelo **acolhimento das minorias culturais** e pelo **apoio ao desporto** e a uma vida activa e saudável.

A Câmara orientará a sua actuação para as políticas de proximidade:

- na segurança, com policiamento de proximidade e articulação com redes de voluntariado social para o trabalho de inclusão e animação de espaço público;
- na organização e limpeza, com articulação entre cidadãos e empresas que funcionem como actores do desenho do espaço público e na detecção das anomalias;
- na política social, mobilizando vizinhos e colectividades para o acompanhamento e apoio de idosos em situação de isolamento, promovendo a cidadania activa de cidadãos seniores em programas de animação e mobilizando as escolas para as mesmas funções.

## ESPAÇO PÚBLICO E A MELHORIA DOS BAIRROS

Será dada **prioridade ao usufruto da rua pelas pessoas e à qualidade e ao conforto do espaço público**. O espaço público será concebido como uma rede contínua de ruas, praças, interiores de quarteirões, jardins e parques, que cobre e liga todas as partes da cidade entre si. São espaços com características e funções diferentes - espaços de convívio a nível de rua ou de bairro, espaços de representação, espaços de continuidade de recreio informal ou de contemplação. Estes espaços, estando cuidados, contribuem fortemente para a imagem e identidade dos bairros e para o conforto das pessoas.

### PRINCIPAIS MEDIDAS

#### ESPAÇO PÚBLICO

- **Prioridade aos planos de mobilidade segura, à escala local**, para as pessoas com limitações visuais ou de locomoção, com a remoção de obstáculos dos passeios e barreiras arquitectónicas nos edifícios, e a introdução de sinalização sonora nas passeadeiras;
- Aprovação da Carta Municipal dos Direitos dos Peões da cidade de Lisboa;
- Instalação de novos meios mecânicos no espaço público e incentivo à instalação de elevadores nos prédios, pelos proprietários ou condóminos, para uma maior **mobilidade dos idosos**;

UNIRLISBOA  
[www.antoniocosta2009.net](http://www.antoniocosta2009.net)



- Introdução de novos pavimentos nas ruas e calçadas que melhorem a comodidade de circulação na cidade e a sua manutenção;
- Finalização e aprovação do Regulamento do Espaço Público, com a introdução de medidas rigorosas de disciplina na ocupação da via pública para efeito de obras e da publicidade em locais simbólicos da cidade.

## REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

- **Lançamento do Programa «Vamos mudar o nosso bairro», projecto-piloto a lançar em 2010**, com intervenções nos grandes bairros residenciais, tais como desenho de praças, instalação de equipamentos desportivos e recreativos de proximidade em locais vazios, melhoria da manutenção de espaços verdes, reperfilamento de arruamentos e passeios, aumento da oferta de estacionamento para residentes, melhoria do urbanismo comercial, reabilitação de edifícios devolutos e eliminação de focos de insegurança e insalubridade.
- Promoção de medidas de encorajamento da **recuperação do património construído e de revitalização e renovação urbana** dos espaços públicos degradados; instalação de pequenos silos de estacionamento de bairro para moradores; apoio de proximidade para a população idosa; atracção de jovens residentes; **apoio ao comércio local e aos mercados**; instalação de novas actividades económicas (ateliês e outras iniciativas locais de emprego) e valorização do património material e imaterial, tradições locais, música e gastronomia.
- Transformação de edificações camarárias desocupadas e sua colocação no mercado para oficinas, escritórios e ateliês.
- Transformação dos pisos térreos dos edifícios de habitação municipais, em espaços culturais, comerciais (de restauração ou outros), oficinais ou industriais.
- **Desenvolvimento do Programa “A minha rua”**, iniciado no actual mandato, permitindo aos cidadãos participar activamente na gestão do seu bairro, comunicando problemas ocorridos na via pública. No site da Câmara, estará disponível uma aplicação on-line que permite a sinalização dos problemas no mapa da cidade e permite ainda consultar o tratamento dado à situação reportada.



## CULTURA E DINAMIZAÇÃO DA VIDA LOCAL

- Incentivo do uso partilhado dos equipamentos públicos nos bairros, promovendo o cruzamento e diversificação dos horários, nomeadamente em escolas, museus, bibliotecas, centros culturais, teatros municipais, piscinas, campos de jogos, ginásios e pavilhões desportivos.
- Articulação dos serviços municipais com as associações e colectividades locais, de modo a aproveitar o potencial de voluntariado em benefício da vida de bairro e das acções de responsabilidade social de empresas.
- Criação de uma rede de centros culturais de base local, espaços para experimentação e manifestações culturais descentralizadas de qualidade, assim como para o desenvolvimento de projectos de intervenção e animação urbana. Estes espaços deverão ser espaços de cultura, de participação cívica e de educação, ancorados na realidade socioeconómica em que estão inseridos e promotores da coesão social das respectivas comunidades. O modelo de gestão destes centros assentará essencialmente em parcerias estabelecidas entre agentes locais e serão instalados em estruturas pré-existentes.
- Apoio à promoção e divulgação das iniciativas das associações culturais da cidade, com a aplicação rigorosa do Regulamento de atribuição de apoios, aprovado neste mandato.
- Incentivo à Arte Pública, através da realização de uma programação de artes visuais, performativas, cinematográficas, de natureza efémera ou permanente, nos espaços públicos da cidade. Alargamento da experiência iniciada com a Galeria de Arte Urbana da Calçada da Glória.

## SEGURANÇA, PRESSUPOSTO DE CIDADANIA

**A segurança é a primeira condição da liberdade.** O espaço público deve ser um **espaço seguro, bem iluminado e com vigilância adequada**. Uma cidade amigável permite a fruição do espaço público e o convívio das diferentes comunidades em condições de conforto e segurança. A realização individual na cidade pressupõe a tranquilidade na vida urbana. **O Município empenhar-se-á na melhoria das condições objectivas e subjectivas de segurança**, contrariando fenómenos reais ou percebidos de criminalidade, vandalismo e desrespeito pelos outros e pelos bens comuns que minam a possibilidade de desfrutar tranquilamente a cidade.

**A estratégia municipal de segurança**, já enunciada, no corrente mandato, aposta em **políticas de policiamento de proximidade e de inclusão social e na redefinição dos meios de prevenção e repressão da criminalidade**.

Principais medidas a prosseguir:

- Redefinição, em colaboração com a administração central, do dispositivo territorial de segurança da cidade, para criar uma rede de esquadras, adaptadas à malha urbana da cidade e às especificidades dos seus bairros.
- Negociação com o Governo para o urgente reforço do efectivo policial da PSP, afecto ao concelho de Lisboa.
- Aposta nas políticas de segurança de proximidade, apoiando programas de prevenção da criminalidade e de apoio à população mais vulnerável – crianças e idosos – em situações evidentes de falta de segurança.
- Celebração de Contratos Locais de Segurança em zonas urbanas sensíveis, dirigida a grupos específicos vulneráveis, que se-

jam instrumentos efectivos de políticas preventivas de segurança, melhorando os níveis de segurança subjectiva dos cidadãos, envolvendo todos os agentes locais e estimulando uma cultura de co-responsabilização cívica pela segurança nos bairros.

- Desenvolvimento de programas de prevenção da violência juvenil (bullying) nas escolas do 1º ciclo do ensino básico.
- Desenvolvimento de políticas de animação e ocupação de espaços públicos, com a constituição de equipas permanentes de apoio, em parceria com as juntas de freguesia e com recurso ao voluntariado e à afectação de cidadãos inseridos em programas de envelhecimento activo.
- Transferência das competências, em matéria de regulação e fiscalização do trânsito na cidade de Lisboa, da Divisão de Trânsito da PSP para a Polícia Municipal.
- Análise das possibilidades de recurso a meios de videovigilância na zona Baixa-Chiado e no Bairro Alto.
- Reforço das políticas de combate ao vandalismo que contribuem para a degradação do espaço público e propiciam o sentimento de insegurança, nomeadamente as campanhas antigrffiti.
- Desenvolvimento do Programa «Noite segura», envolvendo a administração central e os empresários de sector de restauração e bebidas e espaços de diversão nocturna, no sentido da cooperação para a garantia das condições de segurança a esta actividade, que contribui para a vida da cidade.

## PROTECÇÃO CIVIL

**A dimensão da segurança também se joga na capacidade de gestão e prevenção de riscos e de reacção a catástrofes e calamidades.** A cidade continuará a investir nos serviços de bombeiros e de protecção civil e na capacidade de resposta operacional, em articulação com as autoridades nacionais.

Nesse sentido, iniciaremos o processo de reorganização territorial do dispositivo do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), com a concentração física da unidade de comando, e melhor distribuição pela cidade das unidades de intervenção, e constituído um centro único de comando e controlo do RSB, Protecção Civil e Polícia Municipal. Desenvolvimento e divulgação do Plano Municipal de Protecção Civil, incluindo a protecção contra o risco sísmico e outras calamidades.

## SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Não obstante o número de acidentes ocorridos em Lisboa ter diminuído nos últimos cinco anos, é responsabilidade da Câmara **prosseguir com uma política de limitação de velocidade dentro da cidade, de protecção dos peões no atravessamento das vias e de intervenção nos seus “pontos negros”.**

Neste sentido tomaremos as seguintes medidas:

- Imposição de velocidade máxima de 30 km/h para circulação de veículos automóveis nas zonas residenciais, com a delimitação física de zonas protegidas onde serão introduzidas correcções ao traçado da rede viária com alargamento dos passeios, redução do perfil das faixas de rodagem e, sempre que possível, aumento de oferta de lugares de estacionamento.
- Sinalização sonora de passeadeiras e sobreelevamento de passeadeiras em bairros residenciais.
- Instalação de equipamentos de limitação e controle de velocidade nas artérias que mais convidam à circulação em excesso de velocidade.
- Elaborar a carta de georeferenciação da sinistralidade rodoviária, monitorizando os “pontos negros” da cidade e pondo em prática medidas extraordinárias para a sua resolução.

# INCLUSÃO SOCIAL E INTERCULTURALIDADE

Lisboa é uma sociedade com forte identidade social e cultural, mas caracterizada igualmente pela existência de diversos grupos que, por razões várias, estão particularmente em risco de pobreza e de exclusão social. A acção do Município deve orientar-se para **políticas activas de inclusão social**, dinamizando a **articulação com parceiros públicos e sociais**, e mobilizando o **voluntariado**.

A acção do Município assentará ainda no reforço da acção da rede social, com a implementação de medidas de apoio e acompanhamento às famílias com carências a nível social e económico.

O enquadramento destas acções far-se-á no âmbito do **Plano de Desenvolvimento Social da Cidade de Lisboa**.

## POLÍTICAS DE APOIO ÀS PESSOAS IDOSAS

A cidade de Lisboa sofreu durante as últimas décadas uma profunda alteração da sua estrutura demográfica, evidenciando um forte envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária.

Os pontos críticos resultantes desta tendência são: o elevado grau de envelhecimento da população, em especial a progressão das pessoas com mais de 75 anos, a exposição à pobreza e as assimetrias de qualidade do habitat, com particular impacto na autonomia das pessoas que avançam na idade.

Neste contexto, emergem grandes preocupações para o governo da cidade para os próximos anos: adaptação da cidade ao envelhecimento da população residente; promoção da participação das pessoas idosas nas decisões que lhes dizem respeito; aumento da oferta quantitativa e qualitativa dos serviços e das acções adequadas às suas necessidades e às suas expectativas de viver mais anos com qualidade.

Os objectivos que nos propomos alcançar até 2013 são:

- Criar as condições para que o Município integre as diferentes componentes do envelhecimento nos vários níveis de intervenção, como o urbanismo, habitação, acessibilidade, espaço público e acção social.
- Criar condições amigáveis no espaço público e no espaço doméstico, que propiciem uma melhor qualidade de vida e possibilitando a todos o efectivo direito a usufruir a cidade.
- Promover o envelhecimento activo, numa lógica intergeracional, apoiando o **voluntariado sénior** e as iniciativas da sociedade civil que prestam inegáveis serviços à cidade através dos respectivos convívios intelectuais e das actividades de promoção de competências.
- Promover iniciativas que integrem os mais velhos que queiram colaborar em actividades de utilidade social (como o aconselhamento na governança do bairro, a observação e suporte às actividades em parques infantis e espaços verdes, a segurança dos atravessamentos junto de escolas, a participação em actividades extracurriculares e outras **actividades de interesse público municipal**).

Assim, destacamos algumas medidas especificamente dirigidas à resolução de problemas que afectam as pessoas mais velhas da cidade:

- **Combate ao isolamento**, com recurso a redes de apoio de voluntários e instituições e às novas tecnologias, facilitando o acesso a teleassistência.
- **Criação do AJUDALISBOA, um serviço de apoio permanente “24 horas/7dias semana” para a disponibilização de serviços** como pequenas reparações domésticas, apoio domiciliário, compra de medicamentos. Este programa ficará sob gestão das juntas de freguesia associadas, assumindo o Município os encargos financeiros.
- **Promoção da mobilidade, com revitalização do programa «Lisboa Porta a Porta»**, como um serviço polivalente de apoio aos mais idosos ou aqueles com dificuldades de mobilidade. Este programa ficará sob gestão das juntas de freguesia associadas, assumindo o Município os encargos financeiros.
- **Melhoria da acessibilidade e conforto de áreas de convívio e de estar na cidade**, em especial nos bairros mais envelhecidos.
- **Melhoria da acessibilidade e conforto em fogos** habitados por pessoas com mais de 65 anos.
- **Alargamento do número de intervenções no domicílio ao nível de pequenas obras e reparações**, dando prioridade aos bairros com maiores índices de envelhecimento e pobreza.
- **Construção de cinco residências assistidas**, no Bº Padre Cruz, na Graça, em Campolide e na Baixa de Lisboa.
- Disponibilização de 750 novas camas em unidades de cuidados continuados até 2013, em parceria com instituições de solidariedade social e com a administração central.
- **Desenvolvimento do Programa Apoio 65 - Idosos em segurança**, em colaboração com a administração central.
- Apoio na implementação de **núcleos de informação/aconselhamento de proximidade**, para matérias como prestações sociais, questões jurídicas, acesso a serviços, oportunidades de trabalho voluntário.

## POLÍTICAS DE APOIO À DIVERSIDADE E ÀS MINORIAS

Assumimos que a diversidade e o cosmopolitismo são elementos enriquecedores da cidade. O acolhimento de comunidades diversas, o reconhecimento da diferença e a valorização dos que nos procuram é um modo de enriquecer a experiência de vida de todos, em que a cidade investirá decididamente.

Lisboa, é hoje, como sempre foi, uma cidade intercultural. O posicionamento geo-estratégico da cidade de Lisboa dita-lhe a condição que sempre teve de encruzilhada entre a Europa, o Mediterrâneo e o Atlântico, ponto de chegadas e de partidas, lugar de trocas e encontros de culturas, espaço de tolerância e de diversidade. Por outro lado, as cidades, como os indivíduos, são portadoras de identidades múltiplas, plurais e híbridas e a diversidade de culturas, de expressões, de práticas, linguagens e conteúdos artísticos e culturais deve ser um bem essencial a preservar e a promover nas várias dimensões das políticas de cidade.

No que respeita às **comunidades imigrantes**, promoveremos o desenvolvimento social integrado e sem exclusão, e a resolução dos problemas específicos que afectam estas comunidades residentes em Lisboa, garantindo os seus direitos de cidadania, nomeadamente através das seguintes acções:

- Prosseguir o diálogo intercultural, através da mobilização dos representantes das comunidades imigrantes, das associações que trabalham na cidade e do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e com o Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania, de natureza consultiva e com funcionamento permanente.
- Prosseguir com os projectos dos Museus da Comunidade Judaica, da Cidade Islâmica e do Africa.Cont, estabelecendo as parcerias necessárias à promoção das suas actividades.
- Dinamização do Centro Local de Apoio ao Imigrante, dotando-o dos recursos suficientes, nomeadamente em termos de localização e relacionamento com outros serviços da autarquia, para que cumpra com maior eficácia a missão que lhe está atribuída.
- Incentivar, em articulação com a administração central, a realização do programa “SEF em movimento” em bairros com comunidades imigrantes, para a disponibilização de informação sobre as condições legais de permanência em Portugal e para a organização dos processos de legalização e obtenção de documentos.
- Desenvolver acções de sensibilização das crianças para a temática da interculturalidade através de iniciativas dirigidas aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo.
- Lançar um programa de ensino da Língua Portuguesa para uma melhor integração dos imigrantes na vida da cidade.

Assim, o sentimento de inclusão e de respeito pela diferença deve também dirigir-se às **minorias culturais, étnicas ou de orientação sexual**, com valorização das respectivas identidades e tradições culturais e divulgação das mesmas junto das restantes comunidades, com medidas como:

- Apoio a associações e iniciativas culturais;
- Integração de ciclos de músicas do mundo no programa das Festas de Lisboa;
- Divulgação de símbolos públicos dessas comunidades em locais centrais da cidade;
- Apoio a iniciativas que promovam a não discriminação e a não-violência contra a diferença.

Destaca-se ainda a criação do **Fórum da Interculturalidade**, um espaço com a função de desenvolver uma rede entre associações, comunidades e pessoas dedicadas a promover o diálogo intercultural e transcultural. O Fórum deverá acolher um centro de informação, intercâmbio e cooperação cultural e técnica, de forma a contribuir para um melhor conhecimento e visibilidade das expressões culturais e artísticas, dos eventos sociais e religiosos, das várias comunidades que co-habitam a cidade. Será também responsável por um serviço de mediação da oferta e procura de eventos, relações ou intercâmbios e residências artísticas, assim como lançará periodicamente concursos para projectos de criação e produção artística, que estejam interessados em utilizar espaços municipais.

# DESPORTO E PROMOÇÃO DE UMA VIDA ACTIVA E SAUDÁVEL

A política desportiva da cidade deve ser direccionada para garantir as necessárias condições de acesso da população às actividades físicas e desportivas, fundamentais para a adopção de hábitos de vida saudável.

Numa primeira linha, está a cooperação institucional entre os diferentes parceiros do movimento desportivo de Lisboa e as comunidades escolares, visando o reforço e a melhoria qualitativa das práticas desportivas na escola. Propomos, ainda, incentivar a criação de programas de promoção das actividades desportivas, na óptica do Desporto para Todos, em articulação com clubes, associações de modalidades, Juntas de Freguesia e empresas, alargando a oferta desportiva já existente nas instalações desportivas municipais.

Numa segunda linha, numa perspectiva de integração e valorização social, designadamente, em zonas habitacionais mais carenciadas, propomos o desenvolvimento de actividades desportivas formais e informais, tendentes à promoção da ética e dos valores e à adopção de comportamentos socialmente aceites.

Numa terceira linha, desenvolveremos uma política integrada de concepção e construção de novos equipamentos desportivos, permitindo uma maior diversidade de práticas desportivas de acordo com os interesses das pessoas; e de gestão das infra-estruturas desportivas já existentes, através de modelos sustentáveis para a sua ocupação e funcionamento, de que é exemplo a entrega da gestão de piscinas municipais a colectividades. Manter-se-ão todas as características da oferta social existente nas instalações desportivas municipais.

A ligação ao Rio Tejo e às potencialidades que apresenta para a prática de Desportos Náuticos será um desígnio de primordial importância, quer no apoio às colectividades que já desenvolvem a sua actividade, quer na criação de condições favoráveis de acesso à prática dos desportos náuticos nas águas do rio.

Finalmente, a vida urbana mudou hoje muito. Os horários divergem, os tempos diferem, os apelos aumentam e as actividades dispersam-se. A utilização do espaço público junto à residência, à escola ou ao trabalho, representa uma excelente oportunidade para a realização de actividades desportivas em grupo ou individualmente. O que implica o reforço da **rede de espaços informais de proximidade para as actividades lúdicas e desportivas**, baseados na simplicidade, na acessibilidade permanente e na adaptabilidade às mais diversas práticas motoras.

Assim, destacam-se as seguintes medidas a prosseguir até 2013:

## Para as crianças e jovens:

- Abrir às escolas as instalações da cidade para desenvolver a prática desportiva em condições adequadas.
- Apoiar as escolas na criação e manutenção das condições necessárias para o ensino da Educação Física e do Desporto Escolar, principalmente no 1º Ciclo.
- Reforçar o apoio às equipas escolares que participem na actividade desportiva fora da escola pela via federada.

## Para os idosos e população com necessidades especiais:

- Isentar de taxas municipais às organizações e pessoas carenciadas para a participação nos programas de promoção da prática desportiva, a criar para o efeito.
- Constituir equipas especializadas de agentes sociais e desportivos para apoio a populações especiais e mais carenciadas.
- Requalificar e adaptar antigos equipamentos a novas funcionalidades.
- Apoiar os clubes e as organizações com projectos de apoio e integração social.

## Para as associações desportivas da cidade:

- Alargar as condições de apoio financeiro aos clubes com base em critérios fundamentados, para a responsabilização dos clubes e para a prossecução das prioridades do Município.
- Facilitar o acesso às instalações desportivas da cidade, promovendo a vida associativa.
- Estabelecer um regime de tarifas de utilização das instalações desportivas municipais diferenciadas em função da natureza dos utilizadores e do tipo de prática, com acesso facilitado aos clubes e às escolas.
- Apoiar a promoção e a divulgação das iniciativas dos clubes, dando a conhecer a oferta existente e aumentando o número de interessados.
- Apoiar iniciativas de promoção dos desportos náuticos.
- Construção de equipamentos especializados para a prática de determinadas modalidades desportivas, como o Centro de Alto Rendimento para a Ginástica e o Judo no Complexo Desportivo da Alta do Lumiar.

A concretização das medidas enunciadas será realizada de acordo com as seguintes prioridades:

**Ao nível dos Equipamentos Desportivos:**

- Requalificação dos Complexos Desportivos Municipais do Areeiro, Olivais, Campo Grande e S. João de Brito.
- Cedência de espaço para a construção do Complexo Desportivo de Rugby do Alto do Lumiar.
- Apoio à requalificação das instalações desportivas de clubes relevantes para a cidade: Oriental, Futebol Benfica, Atlético, Palmense, SL Olivais, Desportivo Alta, Olivais e Moscavide, entre outros.
- Concretização do Centro Náutico de Lisboa junto à Zona Ribeirinha, com lançamento de concurso internacional em 2010 e instalação prevista para 2012.
- Reforço do Programa de instalação de espaços de jogo infantil na proximidade de escolas e junto a núcleos residenciais.

**Ao nível das Actividades:**

- Alargar o Programa de Natação para o 1º Ciclo, incluindo algumas piscinas não municipais;
- Iniciar Programas de Apoio ao 1º Ciclo, para as áreas da Ginástica, Patinagem e exploração da Natureza de acordo com as condições disponíveis e para as escolas interessadas;
- Alargar o Programa de Crianças e Jovens em Risco a outras áreas carenciadas da cidade (Alta do Lumiar, Bairro do Armador, Bairro do Cabrinha, Boavista, entre outros);
- Iniciar o Programa “Lisboa Sabe Nadar” para garantir a aprendizagem gratuita a quem não sabe nadar, de acordo com a oferta a disponibilizar em todas as Piscinas Municipais;
- Apoiar a realização de programas de Desporto Sénior para prática desportiva regular em locais próximos da residência e com condições de acesso facilitadas.

No âmbito dos Eventos Desportivos, manter o apoio, em articulação com o Turismo, à realização de grandes manifestações desportivas, como a Volta a Portugal em Bicicleta; Meia Maratona de Lisboa, Maratona de Lisboa, Festival Aéreo de Lisboa, Lisboa DownHill, Lisboa Biketour, Grande Prémio do Natal, Corrida de S. Silvestre, Regata Entre-Pontes, Tall Ships Regata, entre outras.

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA



LISBOA,  
CIDADE DE  
OPORTUNIDADES.

O objectivo «Lisboa, cidade de oportunidades» inclui o conjunto das medidas, programas e projectos que visam contribuir, no longo prazo, para a **fixação de famílias em Lisboa**, oferecendo oportunidades razoáveis para que os lisboetas encontrem na cidade habitação adequada a todos os níveis de rendimentos e uma rede de equipamentos educativos, de apoio à infância, de saúde e de cultura que melhore a qualidade de vida dos actuais residentes e que permita a fixação de novas famílias na cidade. Estas medidas assentam numa perspectiva integrada de reabilitação urbana que se constitui, ela própria, como área de oportunidade para criar emprego e melhorar a cidade. Este objectivo inclui **medidas de atracção dos jovens e estudantes** à cidade e medidas de **promoção da cultura, das artes e do património** de Lisboa.

## RE-HABITAR LISBOA

A perda continuada de habitantes na cidade de Lisboa resulta em grande parte de um desajuste entre a procura e a oferta de habitação em Lisboa. São os jovens que se vêem confrontados com a falta de habitação e acabam por optar por morar na periferia, mesmo quando trabalham em Lisboa. O investimento em políticas de realojamento maciço sobretudo nas duas últimas décadas não foi suficiente para inverter este processo.

Precisamos de reabitar Lisboa, tal como proposto no Programa Local de Habitação (PLH) desenvolvido ainda neste mandato, com os seguintes objectivos:

- Melhorar a qualidade do parque habitacional existente (público e privado);
- Adequar a oferta à procura;
- Dar prioridade à reabilitação urbana;
- Poupar recursos, operacionalizando o conceito de sustentabilidade.

## PRINCIPAIS PROGRAMAS A LANÇAR PARA MELHORIA DO PARQUE HABITACIONAL PRIVADO

- **Dinamização do mercado de arrendamento**, implementando o seguro de renda, garantindo apoios à manutenção de imóveis, criando bolsas público-privadas de arrendamento, proporcionando incentivos à ocupação de fogos vagos e penalizando os fogos devolutos.
- Constituição, em parceria com uma instituição financeira pública, de uma **bolsa de fogos para arrendamento, aberta a qualquer senhorio**, ficando esta instituição com funções de gestão de condomínio.
- **Promoção do Arrendamento jovem**, através de bolsas de arrendamento e condições do programa Porta 65 Jovem que não penalizem a cidade de Lisboa.



- **«Acupunctura Urbana»**, a desenvolver em parceria com as Juntas de Freguesia, para a realização de pequenas obras que possam garantir mínimos de conforto (instalações sanitárias, cozinha, água e luz em todos os alojamentos), acessibilidade de idosos, redução de humidades e melhor eficiência energética.
- **Apoio à realização de obras de manutenção pelos inquilinos.**
- **Execução do Programa de Investimento Prioritário de Apoio à Reabilitação Urbana (PIPARU), como primeira medida aprovada do próximo mandato.** Trata-se de um vasto programa de reabilitação urbana para a conclusão das empreitadas de reabilitação interrompidas, passível de ser executado por pequenas e micro-empresas e constituindo um importante estímulo económico na actual crise.
- **Negociação com o Governo de um Programa Especial de Reabilitação Urbana** e a extensão dos benefícios fiscais para a reabilitação urbana a minifundos imobiliários.

- **Parcerias para a Reabilitação Urbana**, enquadrando potenciais operações urbanísticas privadas em planos e projectos urbanos municipais, por forma a salvaguardar o interesse público e a coesão territorial.
- Delimitação de **novas Áreas de Reabilitação Urbana** (ARU) e respectiva divulgação, permitindo aos promotores privados usufruir dos respectivos benefícios fiscais e tornando possível o recurso aos mecanismos previstos na nova legislação de reabilitação urbana.
- Lançamento de uma operação de renovação urbana na Zona Oriental da cidade.
- Contratualização pelo Município de **um novo programa de alojamento a custos controlados e garantia de uma percentagem de habitação a custos acessíveis** nos novos empreendimentos.
- **Fixação de quotas de habitação a custos acessíveis a jovens e à classe média** nas Áreas de Reabilitação Urbana, adoptando-se nestas situações a redução das taxas e compensações urbanísticas.
- Modelação do factor de ponderação aplicável no cálculo das compensações nas Áreas de Reabilitação Urbana, de forma a discriminar positivamente as operações urbanísticas nestas áreas.
- Simplificação administrativa das autorizações para a realização de obras de reabilitação, de forma a reduzir os tempos de apreciação (a “via verde” no licenciamento), à imagem do que foi feito, neste mandato, para a Baixa Pombalina.
- Criação de uma bolsa para realojamento temporário (até 200 fogos) para apoio a operações de reabilitação urbana públicas e privadas.
- Negociação de um novo protocolo entre a Câmara e o movimento cooperativo, com vista ao lançamento de 3.000 fogos destinados a cooperantes de rendimentos médios.
- Apoio a processos sustentáveis de obras de reabilitação, incluindo a organização de estaleiros, a recolha e reciclagem de entulho de obra, a disponibilização de material reciclado, a qualificação energético-ambiental dos edifícios e a redução de custos.

## PAPEL DA EPUL E DA SRU LISBOA OCIDENTAL

Na sequência do trabalho já efectuado nos últimos dois anos, continuará a reorganização das empresas municipais EPUL e SRU Lisboa Ocidental, redefinindo o seu objectivo, de acordo com as seguintes orientações:

- Vocacionar a EPUL e a SRU Lisboa Ocidental para dinamizadoras da reabilitação/renovação urbana, investindo apenas na produção de solo urbano de qualidade, construção de equipamentos colectivos públicos, libertando a promoção para os promotores privados, de acordo com condições de interesse público pré-estabelecidas. Desta forma, a escassa capacidade de investimento do Município e das suas empresas terá um efeito multiplicador maior.
- No contexto da reabilitação, a EPUL e a SRU Lisboa Ocidental serão actores no lançamento de processos integrados de reabilitação do espaço público e do edificado municipal e dinamizadores das intervenções dos privados.

A SRU Lisboa Ocidental realizará, nos próximos quatro anos, o programa de reabilitação da Zona de Belém/Boa Hora, que foi objecto de um empréstimo de 16M€ do IHRU/BEI.

A EPUL será vocacionada para a gestão de projectos urbanos integrados, planeados pelo Município, podendo envolver parcerias público/privadas, promovendo a urbanização e construção dos equipamentos e colocando no mercado lotes destinados à promoção de programas de interesse municipal ou, em razão do seu valor, de venda/arrendamento ao público-alvo a que se destinam. A EPUL colocará ainda no mercado edifícios para reabilitação por terceiros. Assim, nos próximos quatro anos, a EPUL concluirá os programas de construção que tem em curso, lançando, já nos novos moldes, os projectos urbanos da Quinta José Pinto, Vale de Santo António, Carnide Norte – Bairro Padre Cruz e Torrinha Norte e será a gestora do projecto urbano Estação do Oriente.

Todas as operações de renovação urbana estão abrangidas por planos de urbanização e de pormenor, eficazes ou em fase final de elaboração, e inserem-se no projecto global da cidade, vertido no projecto de revisão do Plano Director Municipal formalizado no actual mandato e que será posto em discussão pública no próximo mandato.

## PRINCIPAIS PROGRAMAS A LANÇAR AO NÍVEL DOS BAIRROS COM CARÊNCIAS SÓCIO-URBANÍSTICAS

- Regularização dos processos de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), com desenvolvimento dos respectivos loteamentos municipais ou planos de pormenor
- Conclusão de Planos de Pormenor para as Áreas Críticas de Reconversão e Recuperação Urbanística que ainda não os tenham e desenvolvimento das acções urbanísticas correspondentes
- Acompanhamento e monitorização dos programas integrados de reabilitação já lançados, como o “Viver Marvila” ou as intervenções a apoiar pelo QREN na Mouraria, no Bairro Padre Cruz e no Bairro da Boavista
- Identificação dos “bairros de intervenção prioritária” (bairros ex-SAAL, bairros de realojamento ou outros), que devem ser considerados zonas de oportunidade social e de intervenção obrigatória através de programas adequados de regeneração urbana
- Fomento de boas práticas ambientais e do envolvimento dos moradores em todas as intervenções de reconversão ou regeneração urbana

## PRINCIPAIS PROGRAMAS E MEDIDAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO MUNICIPAL

- Monitorização dos bairros de realojamento, com incentivo à manutenção do edificado, do espaço público e do equipamento de proximidade e com alargamento das funções urbanas complementares (comércio e transportes)
- Aplicação do **novo Regulamento de Atribuição de Fogos Municipais**, a aguardar aprovação da Assembleia Municipal, com acesso universal on-line, garantindo a transparência e o rigor na atribuição dos fogos por concurso aberto e diminuindo os tempos de espera de fogos municipais devolutos
- Gestão de proximidade inclusiva e intercultural, envolvendo a GEBALIS e a rede social, incentivando a criação de condomínios por lote e a responsabilização dos residentes
- Fortalecimento dos direitos dos residentes em habitações municipais e substituição progressiva dos actuais termos de cedência precária por contratos de renda apoiada, com monitorização permanente da adequação dos valores das rendas à capacidade das famílias
- Recuperação de rendas em atraso através de processos faseados e individualizados
- Abate dos fogos municipais insusceptíveis de requalificação
- Publicitação on-line do parque habitacional municipal
- Definição da estratégia de alienação de fogos municipais a desenvolver de acordo com o **novo Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais**

## EDUCAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE PROXIMIDADE

A fixação de famílias implica a disponibilidade de equipamentos escolares, pré-escolares e creches de qualidade. Décadas de desinvestimento no parque escolar promoveram a degradação da escola pública, promovendo a fuga dos alunos da classe média para escolas privadas ou, pior ainda, sendo um dos factores que incentivaram a deslocação de famílias com crianças para a periferia.



Os resultados já alcançados no quadro da requalificação e da expansão do parque escolar, iniciado em 2008, através do Programa Escola Nova, permitem definir ainda uma maior ambição:  **vamos transformar as escolas de Lisboa em locais onde é bom aprender, estar e brincar; escolas de elevado padrão de qualidade ao nível do edificado, do equipamento, das facilidades tecnológicas e do apoio às famílias.**

Partindo dos indicadores apurados na Carta Educativa de Lisboa e na Carta de Equipamentos Sociais, procederemos ao desenvolvimento de uma rede de creches, à transformação integral do parque escolar e pré-escolar, ao desenvolvimento dos transportes escolares e à valorização curricular, e para isso apostamos em:

- Criação, em parceria com as IPSS, de **76 novas creches** com capacidade para **2717 crianças**
- Continuação da tarefa de **requalificação e expansão do parque escolar**, com especial relevância para:
- Reforço da rede de equipamentos do Ensino Pré-Escolar com **36 novas salas em jardins de infância** até 2011 e promovendo a construção de novos equipamentos educativos no âmbito do Programa Escola Nova;
- **Renovação do equipamento e mobiliário da rede escolar**; na **requalificação integral dos espaços infantis de recreio e jogo**, bem como os jardins;
- Promoção de uma **rede integrada de Base Tecnológica**, dotando cada escola dos meios informáticos, desde o acesso a Banda Larga até à instalação de meios interactivos de aprendizagens, passando à requalificação e renovação do parque informático;
- Reforço do **“Programa de Expansão da Rede de Bibliotecas Escolares”**, tendo como meta englobar a totalidade das escolas da cidade.

- **Desenvolvimento de um sistema integrado de mobilidade dos alunos**, através das seguintes medidas:
  - Prossecução do projecto de transportes escolares “Alfacinhas”, com **uma rede integrada de transportes escolares** que possibilitem a deslocação dos alunos que necessitem de apoio no seu trajecto “casa-escola-casa”;
  - Facilitar e incentivar a **promoção de saídas dos alunos para visitas de estudo** a locais de interesse cultural, desportivo, lúdico ou pedagógico;
  - Promoção de uma campanha de sensibilização para a utilização de bicicleta, fazendo uso da **Rede de “Percursos Cicláveis”** e instalação de estacionamentos para bicicletas nas escolas da cidade;

#### • **Relançamento do Programa PEDIBUS**

- **Aumento e qualificação da oferta das “Actividades de Enriquecimento Curricular”**, com uma meta de abrangência total; no incremento da oferta e qualificação do acompanhamento dos alunos no âmbito do “Complemento de Apoio à Família”; desenvolvimento de parcerias para os Centros de Actividades funcionarem nas férias escolares; garantia de uma Auxiliar de Acção Educativa por Sala de Actividades; e desenvolvimento do “Programa de Alimentação Escolar”;
- Desenvolvimento de **medidas de segurança nas escolas**, mediante um sistema integrado de meios activos e passivos, em articulação com a administração central, da Polícia Municipal e de meios de vigilância electrónica.
- **Valorização do currículo escolar**, através do reforço do “Programa da Natação Curricular”, tendo como meta atingir a totalidade dos alunos;
- **Artes e Desporto na Escola**, com o desenvolvimento de programas de actividade regulares e continuadas no âmbito das artes e do desporto, que promovam melhores condições de acesso e permitam o desenvolvimento pessoal de cada um dos seus participantes, estimulando neles a curiosidade, a imaginação, a criatividade, a capacidade de expressão, além de competências sociais como o espírito de grupo e o conhecimento do ‘outro’ e do mundo que o rodeia.

Outros equipamentos de proximidade serão criados na cidade. Realçamos a construção de dez novos centros de saúde, no âmbito da colaboração com a administração central.

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA

## UMA CIDADE DE JOVENS E ESTUDANTES

Lisboa tem uma grande população universitária que importa fixar e deve promover a ligação dos jovens à cidade e facilitar o dinamismo da iniciativa empreendedora das camadas mais jovens da população.

Para tal propósito, propomos um conjunto de medidas, em diálogo com as organizações e associações de juventude:

- **Disponibilização de espaços devolutos para a instalação de indústrias criativas** e para a actividade cultural de espontânea iniciativa juvenil, designadamente a prática musical;
- Inclusão de um **programa de jovens bandas** no programa das Festas da Cidade, e o apoio a um festival de música jovem;
- Promoção de **programas de formação profissional** dirigidas a jovens, em articulação com parceiros como a Escola de Comércio de Lisboa e a Escola de Formação da Indústria Alimentar;
- Incentivo e apoio à criação de **projectos assentes em “microcrédito”**, dinamizadores das economias locais e facilitadores da inserção na vida activa;
- Promoção de **“Campos de Verão de Literacia”** para crianças e jovens, proporcionando-lhes oportunidades para contacto com escritores, publicação de histórias, e actividades de escrita e leitura num ambiente de aprendizagem, criatividade e entretenimento;
- Dinamização da intervenção dos jovens com o incentivo à realização de **trabalhos sobre a melhoria do funcionamento da Cidade** e dos bairros onde se inserem, promovendo o debate de propostas que surjam pela Câmara Municipal;
- Apoio ao **associativismo juvenil** e a dinamização do Conselho Municipal da Juventude.

UNIRLISBOA     
www.antoniocosta2009.net

# UMA OPORTUNIDADE PARA A CULTURA

A política cultural do Município deve ter como objectivo principal a viabilização das condições para que a criação e a fruição cultural possam acontecer em toda a sua diversidade. Implica, por isso, uma intervenção de natureza sectorial relacionada com a criação, produção, difusão, valorização dos bens e serviços culturais propriamente ditos nos domínios do património e das artes; e, por outro lado, por uma intervenção de natureza transversal, que exige uma articulação estreita, quer com os domínios da educação, da economia, do urbanismo, do turismo, da acção social, da juventude e demais sectores objecto de intervenção local, quer com as estratégias globais de desenvolvimento do concelho e da cidade e da respectiva inserção em contextos territoriais mais alargados de âmbito regional, nacional e internacional.

## Medidas e projectos a desenvolver:

### 1 - Promover o ordenamento territorial, programático e organizativo dos equipamentos e projectos culturais do Município:

- Reestruturar e requalificar a rede de bibliotecas municipais, prosseguindo com os projectos em curso de reabilitação das bibliotecas de Alvalade, Belém, Benfica, Galveias, Marvila e reforçando as bibliotecas itinerantes.
- Requalificar os arquivos municipais e dotá-los das condições físicas e operacionais adequadas à sua missão de preservação da memória e aos desafios e exigências da sociedade contemporânea.
- Reequacionar o conceito e renovar o projecto do Museu da Cidade, renovando o espaço físico e conteúdos museológicos, valorizar a sua missão de afirmação da cidade e divulgação do seu património histórico e cultural.
- Definir os modelos institucionais e organizativos do MUDE – Museu do Design e da Moda e do Africa.Cont, bem como promover as parcerias necessárias para permitir o desenvolvimento e projecção das suas actividades.
- Valorizar e consolidar os meios organizativos e financeiros da Casa Fernando Pessoa.
- Implementar o projecto urbanístico para o Parque Mayer, aprovado durante este mandato após processo de discussão pública.
- Implementar o projecto de criação, no Aljube, de um museu dedicado à temática da República e da Resistência.
- Consolidar a missão e o funcionamento dos teatros municipais.
- Consolidar a missão e o funcionamento das galerias municipais.

- Definir e completar a infra-estruturação cultural da cidade em termos dos vários equipamentos de proximidade, designadamente bibliotecas, centros culturais, espaços cénicos, centros de estudos e acesso internet.
- Formalizar a candidatura do Fado a património cultural imaterial da Humanidade e organizar a campanha internacional necessária à sua aprovação pela UNESCO.

### 2 - Cuidar do património, valorizar e divulgar a sua multiplicidade, tanto na dimensão monumental, como na singularidade das pequenas perspectivas, dos recantos, dos ambientes humanos:

- Dinamizar a criação e a divulgação e fruição dos diversos roteiros temáticos das várias instituições públicas e privadas da cidade, disponibilizá-los através dos vários suportes e formatos comunicacionais (papel, internet, MP3, visitas guiadas).
- Criar, em parceria com as várias universidades de Lisboa, uma estrutura multidisciplinar para salvaguarda, conservação e partilha de conhecimentos relacionados com os valores construtivos, a conservação patrimonial, o 'saber fazer' relativo à integração do antigo e do moderno na reabilitação patrimonial e urbana.
- Reforçar as medidas de recuperação do património do Município e afectando, sempre que possível, a iniciativas ligadas às artes (espaços para ateliês ou espaços culturais de proximidade).
- Prosseguir com a candidatura da Baixa-Chiado a património da humanidade.
- Instituir o Prémio Municipal de Arquitectura para a Reabilitação Urbana, prémio da 'boas práticas' de recuperação patrimonial a atribuir em simultâneo com o Prémio Valmor.

### 3 - Consolidar e potenciar a oferta artística, cultural e científica da cidade, e a sua procura:

- Consolidar o mapa dos vários festivais, festas e eventos da cidade, de iniciativa pública ou privada, promovendo a clarificação das respectivas missões e especificidades, consolidando apoios e articulando a calendarização e estratégias de promoção nacional e internacional.
- Consolidar as Festas de Lisboa no sentido de as tornar cada vez mais um evento que reflecta a multiplicidade e diversidade das actuais dinâmicas culturais da cidade, nomeadamente as manifestações da cultura erudita e da cultura popular, as manifestações culturais das várias comunidades étnicas que nela residem, a arte efémera, a arte dos amadores.





# LISBOA, CIDADE SUSTENTÁVEL.

Um dos grandes desafios das próximas décadas será o combate às alterações climáticas e a poupança energética, e as principais frentes dessa batalha serão as cidades. Lisboa tem de ser protagonista desse combate, com políticas determinadas e consistentes de sustentabilidade ambiental em todas as vertentes: na nova estrutura ecológica da cidade; na mudança do paradigma de mobilidade; na gestão de resíduos; e na promoção da eficiência energética.

## ESTRUTURA ECOLÓGICA

Lisboa precisa de renovar a sua estrutura ecológica, simultaneamente como forma de combate às alterações climáticas e à bolha de calor na cidade – que põe em risco a saúde pública e por si só aumenta o consumo de energia – e como forma de valorizar a qualidade do ambiente urbano, quer ao nível da qualidade do ar, do nível de ruído, e das exigências em matéria de poupança de recursos – designadamente água – e de tratamento dos efluentes.

A esse propósito, Lisboa necessita de **aumentar a quantidade de solo permeável e o coberto vegetal, e renovar a estrutura verde** da cidade.

Medidas a desenvolver:

- Promover a ligação entre as estruturas ecológicas e de mobilidade suave de Lisboa e as equivalentes da Área Metropolitana;
- Concretização do **Plano Verde e conclusão da implantação do sistema de corredores verdes da cidade**: Corredor de Monsanto (Monsanto/Parque Eduardo VII), Corredores Ocidentais (Monsanto/Rio Seco/Rio Tejo e Monsanto/Vale de Alcântara/Rio Tejo), Corredor da Cidade Moderna (Cidade Universitária/Campo Grande/Hospital Júlio de Matos-LNEC/Mata de Alvalade/Parque da Bela Vista), Corredores Orientais (Vale de Santo António, Vale de Chelas, Vale da Montanha e Vale Fundão), Corredor Periférico (Quinta Granja/Carnide/Lumiar/Ameixoeira/Charneca/Alto do Lumiar/Olivais), Tapada das Necessidades, Corredores das Encostas Nascente e Poente da Av. da Liberdade, Corredor do Regueirão dos Anjos (miradouros Penha de França, Monte Agudo, Senhora do Monte, Sophia Mello Breyner e Cerca do Convento da Graça) e Corredor da Frente Ribeirinha;
- Concluir o programa de **reabilitação dos jardins e miradouros** da cidade;
- Concluir, no decurso do mandato, a implantação de **cinco novos grandes parques urbanos**: Matinha-Vale Fundão, entre o Parque das Nações e o Poço do Bispo; Ribeira das Naus; Praça de Espanha; ampliação do Parque Bensaúde, Parque do Rio Seco;
- Continuar o programa de arborização da cidade, com aumento do objectivo para a **plantação de 5000 árvores por ano, grande parte como árvores de alinhamento em arruamentos** e execução de poda ecológica;
- Promover um programa de fomento de **agricultura urbana** e de instalação de novos mercados na cidade, com parques de hortas urbanos no Vale de Chelas, na Boavista, Ameixoeira e Vale Fundão;
- Introduzir nos parques e jardins de grande dimensão sistemas de compostagem de resíduos vegetais e executar **redes de água reutilizada para rega e lavagem** e implantar uma rede de poços e cisternas em vários pontos da cidade;
- Promover a ligação entre as estruturas ecológicas e de mobilidade suave de Lisboa e as equivalentes da Área Metropolitana.

# EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Medidas a prosseguir:

- **Aumento de eficiência energética** nos edifícios, no quadro dos esforços nacionais para o efeito, com investimento prioritário nos edifícios municipais.
- Continuação da **redução na utilização dos recursos (água e energia)** e na produção de resíduos; implementação de sistemas de reutilização de água (aproveitamento das águas pluviais e separação de águas cinzentas e negras); e promoção da reciclagem dos resíduos não reutilizáveis.
- Preparação da cidade para **o uso de automóveis eléctricos**, através de redes de abastecimento destes veículos, a utilizar também por bicicletas eléctricas. Até 2013 comprometemo-nos a instalar 1.000 postos de abastecimento pela cidade.
- **Execução do Programa de Eficiência Energética das escolas**, para que a totalidade do Parque Escolar da Cidade de Lisboa seja energeticamente auto-sustentável - "Escola Verde", até 2013.
- **Desenvolvimento nos bairros municipais do programa de aproveitamento de coberturas para a produção de energia eléctrica**, como forma de financiamento dos condomínios.
- **Execução do Programa dos ECOBAIRROS**, que consiste, de forma integrada, na autoprodução de energia e na reciclagem de água, para que estes bairros sejam auto-sustentáveis. Este programa inicia-se nos bairros da Boavista e Padre Cruz, alargando-se no próximo mandato ao bairro municipal de Marvila.

## REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA E DE RESÍDUOS

- Reforço das políticas de investimento na **qualidade das águas residuais**, na reutilização dos efluentes das ETAR de Lisboa para a lavagem de arruamentos e rega de parques e jardins.
- Reforço da política de **recolha selectiva de resíduos urbanos**, através do aumento dos ecopontos, do desenvolvimento da recolha porta a porta, bem como de campanhas de sensibilização pública.
- Reforço das medidas de **combate ao ruído na cidade**, com a identificação dos focos de poluição, através do mapa estratégico de ruído e respectivo plano de acção, com acções mitigadoras, nomeadamente repavimentações, barreiras, reduções de velocidade de circulação.

# MOBILIDADE

Lisboa é invadida diariamente por 430 000 veículos vindos dos concelhos limítrofes, que são a grande fonte de destruição do ambiente e do congestionamento da cidade. A cidade do futuro não será a cidade do automóvel das últimas décadas, e nela os carros estarão ao serviço das pessoas e não o contrário.



Apostamos numa política de diversificação da oferta dos modos de locomoção a fim de reduzir o fluxo de automóveis que circula na cidade. Propomos que cada um possa fazer uma verdadeira escolha na sua maneira de se deslocar em Lisboa: a pé, em bicicleta, em transporte público, em veículos de duas rodas, ou de carro. A diversidade de modos de mobilidade que queremos criar adapta-se à cidade contemporânea: é uma resposta contra a poluição e a emissão de gases com efeito estufa; mas é também a liberdade reconquistada pelo cidadão na cidade. Estas mudanças, para produzirem o seu total efeito, serão conduzidas com método e progressivamente. Porque incitar uma parte dos automobilistas a optarem por outros modos de deslocação só faz sentido se as alternativas forem operacionais.

Destacam-se as seguintes medidas:

- **Impulso decisivo à utilização do transporte colectivo.** O Município deverá ser protagonista no planeamento das redes e sistemas de transportes estruturantes da cidade, no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes, onde deve ter uma posição cimeira na determinação das opções estratégicas para o sistema de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, em articulação com as empresas públicas de transportes. A intervenção activa do Município no planeamento da rede de expansão do Metro e nas prioridades da sua realização é decisiva para a correcta organização da cidade, a sobreposição de redes de transportes públicos e a diminuição da carga de transporte individual.
- Aposta na **criação de uma rede de eléctricos rápidos**, que se articule com as linhas de metro, oferecendo uma alternativa de proximidade e qualidade a baixo custo. A ligação da linha vermelha do Metro e sua extensão com eléctrico rápido a Alcântara, Ajuda e Restelo e a linha de ligação dos Olivais, à Alta de Lisboa, Lumiar, Telheiras, Carnide e Benfica, são as duas linhas prioritárias. Também incentivaremos a recuperação progressiva das linhas de eléctrico históricas.

- Aposta nos **modos suaves de locomoção**, com destaque para o reforço de investimento na melhoria das condições cicláveis; a promoção de percursos urbanos pedonais; uma atenção especial aos peões na elaboração dos Planos de Transportes e de Mobilidade.
- Implementar o programa de bicicletas partilhadas, actualmente em concurso, e promover um programa de bicicletas eléctricas, que são particularmente adequadas às características topográficas da cidade.
- Recuperação dos elevadores e funiculares de Lisboa no desenvolvimento de percursos pedonais assistidos de acesso às colinas, em particular na Colina do Castelo.
- **Hierarquização da rede viária**, para distinguir as vias de grande circulação e proteger os bairros residenciais e os espaços públicos de grande valor simbólico e paisagístico, como a Baixa, o Terreiro do Paço e a Ribeira das Naus, do tráfego de atravessamento.
- Definição de **corredores de circulação prioritária**, de interconexão das várias zonas da cidade, com uma atenção particular ao controle do estacionamento irregular para garantir a máxima fluidez do tráfego.
- Desenvolvimento do Programa **“ZONAS 30”**, com a criação, nos bairros residenciais, de zonas de circulação local à velocidade máxima de 30 km/h, articuladas com medidas de recuperação do espaço público, como o alargamento de passeios, passeiras sobrelevadas, medidas de acalmia de tráfego, e estacionamento para residentes.
- **Disciplina do estacionamento**, para facilitar a circulação do peão e libertar e requalificar o espaço público.
- Desenvolvimento e concretização de um plano de cobertura de estacionamento em zonas residenciais.
- **Medidas dissuasoras da utilização do transporte individual**, com destaque para a restrição à oferta de estacionamento em novos edifícios destinados a comércio, serviços e equipamentos, junto dos nós de transportes públicos pesados.
- Incentivo às entidades com grandes frotas de veículos a circular na cidade para a renovação progressiva da sua frota com veículos amigos do ambiente.
- **Reorganização da micrologística** na cidade, com a aprovação de **um novo regulamento de cargas e descargas** e o desenvolvimento de um plano que explore meios alternativos de transporte na cidade, nomeadamente a rede de metropolitano com os seus espaços de armazenagem disponíveis no centro, complementada com pequenos veículos eléctricos nas zonas centrais da cidade.



**LISBOA,  
CIDADE COMPETITIVA,  
INOVADORA  
E INTERNACIONALIZADA.**

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA

O objectivo «Lisboa, cidade competitiva, inovadora e internacionalizada» visa assegurar a mobilização de esforços para a criação de uma cidade competitiva e inovadora no contexto global, assegurando a sustentabilidade futura de Lisboa ao nível económico - atraindo actividades e criando empregos, e dotando-se das infra-estruturas físicas e tecnológicas aptas a suportar uma economia baseada no conhecimento e na circulação de pessoas e mercadorias.

Sem assegurar a capacidade de atrair e reter pessoas e actividades, a cidade perde a sua base económica, e degrada-se a qualidade de vida urbana. Para isso é necessário permitir à actividade económica privada a possibilidade de florescer e favorecer a reabilitação e revitalização urbana.

## INFRA-ESTRUTURAS PARA FIXAÇÃO DE EMPRESAS

A cidade necessita de continuar a **investir nas infra-estruturas** que lhe asseguram a integração nas redes mundiais de movimento de pessoas e mercadorias.

- A cidade precisa de ser servida por um aeroporto apto a assegurar os fluxos de pessoas e cargas que aumentam em cidades competitivas e integradas na economia mundial. Precisa ainda de uma ligação directa às redes transeuropeias de transportes, particularmente no sector ferroviário e marítimo.
- A cidade precisa também de aproveitar a excelente dotação das **infra-estruturas tecnológicas que são indispensáveis a uma economia baseada no conhecimento**, facilitando a integração em rede e em tempo real nos sistemas baseados na troca de informação. O Município apoiará a instalação da rede de banda larga, e incentivará a criação de zonas wi-fi em espaços públicos.
- Lisboa tem de ser mais pró-activa na atracção de empresas e de empresários, facilitando, designadamente, o licenciamento de actividades comerciais e empresariais e, em particular, a reconversão de espaços para novos usos.

## REFORÇO DA BASE ECONÓMICA E ESTÍMULO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

**Dois núcleos de actividades** têm emergido nos últimos anos, oferecendo grande potencial de crescimento e geração de emprego – são as **indústrias ligadas ao conhecimento e à criatividade** e as **indústrias do turismo** - e o Município deve continuar preparado para os incentivar e apoiar o seu desenvolvimento.

As **indústrias ligadas ao conhecimento e à criatividade** (sectores tecnologicamente mais avançados e indústrias criativas) beneficiam da concentração de instituições ligadas à investigação e de recursos humanos qualificados, em resultado do forte peso que a comunidade universitária tem na Cidade. Pretendemos:

- Potenciar as redes, infra-estruturas e espaços aptos ao desenvolvimento destas actividades, facilitar a transposição da investigação académica para a produção de bens e serviços transaccionáveis e assegurar as condições para atrair e fixar competências.
- Promover a **vocação mobilizadora, mediadora e globalizante da cultura e do conhecimento**, facilitando a emergência de um ambiente criativo, disponibilizando espaços e equipamentos aos criadores, valorizando, diferenciando e articulando as escalas territoriais no âmbito da qual a cultura acontece, ajudando a criar novos públicos e contribuindo para uma vida urbana diversa e dinâmica.
- Reforçar a aposta na promoção de eventos e festas, como momentos de encontro e celebração da diversidade, que operem igualmente como elementos de identificação dos residentes com a cidade e como factores de atracção de visitantes. Deverá ser consolidada a vocação de Lisboa como receptora e produtora de grandes eventos nacionais e internacionais na área da cultura, da ciência e do desporto.
- Definir e promover o desenvolvimento de eixos/pólos territoriais onde existe já uma concentração de equipamentos e actividades culturais e artísticas (como a Av. Liberdade, Bairro Alto-Chiado, Parque Nações, Santos-Belém-Ajudá), melhorando as condições de acesso, mobilidade, divulgação e comunicação, segurança.
- Promover a articulação informal entre as diversas programações performativas e expositivas que ocorrem na cidade, de iniciativa privada ou pública (central e autárquica), para promover uma maior diversidade artística e cultural e criar uma escala e massa crítica para a projecção internacional das iniciativas, artistas e agentes culturais da cidade.
- Apoiar, em colaboração com outras instituições públicas e privadas, o desenvolvimento integrado e à escala metropolitana das indústrias criativas, nomeadamente através da articulação das estratégias que lhes dirigidas, da definição e concretização dos mecanismos económicos, financeiros, logísticos e institucionais facilitadores do seu bom desempenho.
- Apoiar a realização de eventos ligado à moda, designadamente trazer de volta a Moda Lisboa para a cidade.

A **indústria do turismo**, particularmente em certos segmentos como as pequenas estadas (*short breaks*) e o turismo de congressos e eventos, tem-se revelado como um sector de elevado crescimento, que viabiliza ainda um conjunto de actividades de suporte, como a restauração, o comércio, a cultura e os espectáculos e os serviços de organização de eventos e suporte aos mesmos. O apoio ao turismo assenta, igualmente, na valorização do espaço público, da actividade cultural e da qualidade de vida urbana - uma cidade amiga dos seus cidadãos é uma cidade atraente para os visitantes. Pretendemos:

- Continuar a apoiar a instalação de unidades hoteleiras e de hostals, mas também de grandes infra-estruturas como **um centro de congressos** que requalifique a oferta neste segmento e reforce Lisboa numa posição de destaque no ranking dos grandes congressos.
- Articular com o Estado uma política integrada de promoção dos museus da cidade, redefinindo a rede de museus municipais numa relação coerente com todas as realidades museológicas da cidade e reavaliando os horários de funcionamento.
- Reforçar a cooperação com as entidades públicas e privadas responsáveis pela promoção e informação turística na cidade (Associação de Turismo de Lisboa e Instituto de Turismo de Portugal) para a articulação de prioridades, definição de estratégias conjugadas e partilha de recursos. Deste modo procurar-se-á a qualificação da oferta turística da cidade e a projecção de Lisboa como destino de referência de turismo cultural.
- Promover e reforçar o **portal sobre lazer em Lisboa**, articulando as valências da Agenda Cultural online com informação sobre restaurantes e serviços.

Neste contexto de crise, a cidade deve ainda constituir-se como um factor de estímulo da actividade económica através de:

- Aproveitamento das medidas excepcionais aprovadas pelo Governo para lançar pequenas obras de reabilitação e requalificação de edifícios, equipamentos e espaços públicos dirigidos às pequenas e médias empresas;
- Aproveitamento das possibilidades conferidas pelos regulamentos urbanísticos, já aprovados durante este mandato, para baixar a pressão tributária sobre a actividade imobiliária;
- Apoio à instalação de estabelecimentos de ensino das artes e técnicas de reabilitação, constituindo em Lisboa um pólo de referência nesta matéria.

Deve finalmente apoiar as iniciativas privadas, designadamente através de:

- Reforço da acção do Gabinete de Apoio ao Investidor, criado durante este mandato;
- Apoio às iniciativas das freguesias de criação da “Loja da Freguesia”, de bolsas de empresas aptas às pequenas prestações de serviços – bolsa local de emprego –, serviços de apoio no acesso a projectos de microcrédito;
- Apoio ao empreendedorismo social e local, como iniciativas locais de dinamização dos bairros.



## DINAMIZAÇÃO DO COMÉRCIO

Apostar na **modernização do comércio** continuará a ser uma prioridade para Lisboa, apoiando a fixação de unidades comerciais nos principais eixos da cidade, como factor de atractividade ao nível metropolitano e internacional e de valorização do comércio da marca tradicional.

O comércio de rua e os mercados municipais são factores inequívocos de dinamização económica dos bairros, mas também de fixação de residentes e de afirmação de identidade de um bairro. Nos últimos anos, várias dinâmicas locais se têm afirmado - em locais como Santos, Príncipe Real, Bairro Alto ou Chiado. O Município deve acarinhar estas dinâmicas locais, e potenciá-las com projectos próprios, alinhados com os actores da cidade e susceptíveis de melhorar ou complementar a oferta comercial da cidade e de melhoria das condições de vida nos bairros. Alguns exemplos de medidas a prosseguir:

- **Requalificação do Mercado da Ribeira**, com oferta diferenciada no quadro local, potenciando a sua penetração junto dos consumidores na área metropolitana e com visibilidade junto de visitantes, investindo-se na recuperação da estrutura, apoiando o esforço dos comerciantes no *design* das bancadas, nos formatos de apresentação dos produtos, e na diversificação da oferta - nomeadamente de produtos biológicos e de maior qualidade - não esquecendo a sua especificidade de “mercado de flores”.
- **Desenvolvimento de iniciativas dinamizadoras do comércio tradicional da Baixa**, em articulação com as organizações de comerciantes e com os serviços de turismo.
- **Incentivo à instalação ou recuperação de quiosques, esplanadas e coretos**, como factor de vitalidade de actividades comerciais em espaço aberto.
- Modernização e requalificação das feiras e mercados da cidade, integrando estes projectos no programa “Vamos mudar o nosso bairro” e contratualizando a gestão de alguns destes equipamentos com as Juntas de Freguesias.
- Incentivo a projectos nas áreas do empreendedorismo, formação profissional e requalificação urbana, permitindo o aparecimento de **uma nova geração de vendedores**, em articulação com a Escola de Comércio, proporcionando uma nova dinâmica aos mercados de Lisboa e ao comércio local.




- Incentivo a iniciativas de promoção da gastronomia da região, designadamente reforçando a atribuição de prémios e a realização do Peixe em Lisboa.
- Desenvolvimento de **um projecto-piloto na Avenida Almirante Reis**, valorizando a dimensão do urbanismo comercial, envolvendo os comerciantes e os empresários no sentido de melhorar as condições do exercício da sua actividade, através da criação de um comércio étnico com um mercado semanal no Largo do Intendente e Martim Moniz, com produtos específicos e uma forma de apresentação com marca própria.
- Modernização do comércio de rua, garantindo uma gestão articulada dos horários, cargas e descargas e promovendo a diversidade e qualidade da oferta.

## PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO EXTERNA

Lisboa deve investir na promoção e divulgação da cidade a longo prazo, através:

- Fazer de Lisboa uma **cidade Erasmus**, que atrai estudantes universitários de vários locais do mundo, foi uma iniciativa já lançada no mandato em curso, em conjugação com as três universidades públicas da capital, e que será reforçada no próximo mandato. Continuaremos a apoiar a renovação dos campus universitários - na sequência da recente aprovação do plano de pormenor do Campus da Universidade Nova - e a construção e instalação de residências universitárias. Apoiaremos igualmente todos os esforços das universidades e centros de investigação no sentido da promoção de intercâmbios com docentes, estudantes e investigadores de outros países, reforçando a posição de Lisboa como centro criativo e de conhecimento.
- Continuar a **reactivar a acção da UCCLA** - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, e a Casa da América Latina como instrumentos da estratégia de internacionalização da Cidade e de afirmação desta como plataforma de relacionamento entre a Europa e o Atlântico Sul e a Ásia, em conjugação com outras iniciativas de ligação internacional.
- Desenvolver, a partir do actual Gabinete de Apoio ao Cinema e Audiovisual, a *Lisbon Film Commission*, com o intuito de posicionar e promover a capital e respectiva área metropolitana como local de rodagem de produções nacionais e internacionais, potenciando e reforçando assim, o cariz cultural internacional de Lisboa, e a sua situação ímpar a nível nacional no que concerne ao sector audiovisual e do cinema.
- Fomentar a fixação da sede ou representações de organizações internacionais na cidade.
- Participar e **potenciar a promoção externa de Lisboa**, não apenas como destino turístico mas **como região criativa e dinâmica e local de oportunidades**.

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA



UM GOVERNO PRÓXIMO,  
RIGOROSO  
E PARTICIPATIVO.

**O modelo de governação que propomos** valorizará a participação dos cidadãos e a actuação concertada dos serviços municipais, dos agentes económicos, culturais e socais, na realização das tarefas e projectos conjuntos, através de um alinhamento de objectivos estratégicos construídos e concertados de forma coerente.

A organização da administração da cidade e os sistemas de informação municipal viabilizarão a permanente informação e monitorização pelos cidadãos e empresas da actividade do Município e das questões relevantes de Lisboa.

É prioritária a reforma administrativa da cidade, assente numa dupla descentralização: do Município para as Freguesias e do Estado para o Município.

Esta reforma deve incentivar as freguesias a associarem-se à escala do bairro, dotando-as dos meios e competências para que exerçam funções urbanas de proximidade, como a manutenção de pavimentos, calçadas e jardins, equipamentos de proximidade, limpeza urbana, gestão de apoios sociais e às colectividades, licenciamento das pequenas obras, pequenas reparações no domicílio ou qualificação e manutenção do espaço público.

Mas tal reforma também implica reclamar do Estado que este devolva à cidade as competências vitais à sua gestão, em matérias como os transportes públicos, a fiscalização e regulação do trânsito, a plena gestão do seu território ribeirinho, a assumpção de responsabilidade política efectiva no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes e a gestão dos transportes que operam na cidade de Lisboa.

Entendemos que o futuro sistema de governação de Lisboa deve assentar no reforço da proximidade, eficiência, rigor, participação e transparência.

## MEDIDAS A PROSSEGUIR:

### REFORÇO DA PROXIMIDADE

- Desenvolvimento de um **processo de descentralização municipal para freguesias ou agrupamentos de freguesias**, que voluntariamente se associem, das competências executivas, operacionais e de front-office da Câmara.
- Reorganização dos serviços municipais, para estarem aptos a actuar à escala local de forma integrada e respondem de forma mais célere às necessidades locais, em ligação estreita com as freguesias.
- **Criação de uma *Extranet* entre os serviços municipais, as empresas municipais e as Juntas de Freguesia** para partilhar informação e estabelecer parcerias na prestação de serviços aos cidadãos.
- **Ampliação do Balcão Único Municipal às Juntas de Freguesia** para garantir o atendimento próximo aos cidadãos e prestar um melhor serviço em particular à população mais idosa.

### REFORÇO DA EFICIÊNCIA E RIGOR

- Agilização da comunicação inter-serviços, reforçando as relações horizontais entre departamentos.
- Vinculação da administração municipal às estratégias e objectivos aprovados, desenvolvendo uma gestão por objectivos e a prestação de contas.
- Reestruturação da política de recursos humanos, com a revalorização dos recursos de liderança, recursos humanos e recursos organizacionais e com o incentivo da formação e valorização profissional.
- Consolidação de uma política exigente e transparente na gestão dos recursos financeiros e patrimoniais do Município.
- Alargamento do Programa «Simplis», com novas medidas de simplificação administrativa e de reengenharia de processos e criação de novos serviços para os cidadãos e empresas.
- Reforço da articulação entre a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, permitindo a conjugação de esforços dos órgãos da cidade em prol dos Lisboetas.

### REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO

- Reforço da cidadania activa, promovendo a articulação dos **Conselhos representativos da sociedade civil e dos cidadãos com os trabalhos da Assembleia Municipal**.
- Implementação da agenda Local XXI.
- Reforço de comunicação e interacção com os cidadãos, designadamente através do aprofundamento do processo do orçamento participativo (especialmente aos níveis mais locais) e da promoção de procedimentos de consulta pública para áreas de interesse relevante para aqueles.

# REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA

- Melhoria da qualidade e atendimento dos serviços, reforçando o atendimento presencial e o atendimento on-line.
- Lançamento do portal «Porta Aberta», divulgando e disponibilizando on-line toda a informação sobre os projectos e regulamentos municipais, bem como os indicadores de gestão e estatísticas relacionadas com a actividade autárquica (população, património, mobilidade, qualidade ambiental, utilização de equipamentos e apoios sociais).

Finalmente, a cidade deverá, nos próximos anos, **reforçar a gestão dos solos e do património municipal**. A Câmara é detentora de um vasto património de solos e edifícios que nem sempre tem sido gerido de forma transparente e rigorosa. Neste mandato foram concluídos novos Regulamentos, em que as regras de aquisição ou cedência de património municipal são claras e universais, nomeadamente o Regulamento de Alienação de Complementos de Lote e o Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais. Mas é preciso definir uma nova política de solos e de gestão do património municipal, com vista a promover o uso sustentável do solo, entendido como bem escasso, e a permitir a adequada intervenção do Município no mercado fundiário, articulando a administração do património com a gestão urbanística, a política de habitação, a instalação de equipamentos e a boa execução orçamental.



Para isso serão desenvolvidas as seguintes medidas:

- Criação do Fundo Municipal de Urbanização, previsto na lei de solos para garantir a constituição permanente de reservas públicas de solos
- Registo integral de todos os solos municipais e disponibilização on-line do cadastro municipal
- Programação dos solos destinados à habitação pública ou apoiada e aos equipamentos de proximidade
- Monitorização das cedências e permutas previstas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)
- Monitorização do mercado de solos, através de uma base de dados geo-referenciada que permita conhecer a evolução real do preço/m2 e construir cartas de isopreços
- Definição da estratégia de venda ou aquisição de solos e edifícios municipais em função do papel regulador do município no mercado e não apenas como recurso de emergência orçamental



# A ESCOLHA QUE ESTÁ EM JOGO.

AS PESSOAS SÃO O  DE LISBOA

Esta visão de futuro e estes princípios programáticos distinguem-nos no contexto das escolhas que são oferecidas aos lisboetas nas próximas eleições.

Vão defrontar-se dois modelos de governo da cidade: um modelo de gestão casuística, com uma liderança populista, insensível à especulação imobiliária e à sustentabilidade financeira das decisões; e um modelo baseado no rigor, na transparência das decisões e na participação dos cidadãos.

**Lisboa aprendeu já, à sua própria custa, que o imediatismo, a improvisação, o voluntarismo, a impreparação e o populismo fácil pode ser trágico para a cidade.**

A cidade que queremos é uma cidade aberta e cosmopolita, que valoriza os bens públicos, o espaço público e a igualdade de oportunidades no acesso aos direitos sociais. Rejeitamos a ideia de uma cidade segregada e segmentada, onde condomínios de luxo e equipamentos privados convivem com bolsas de pobreza e de exclusão; que ergue barreiras entre os habitantes e empobrece a experiência de vida de todos.

Investimos em políticas de proximidade, nos locais em que os lisboetas residem, valorizando a vida de bairro, melhorando os pequenos espaços de encontro e a instalação de equipamentos. Não mobilizamos recursos financeiros municipais para obras ostentatórias ou de fachada.

Valorizamos a fixação de pessoas na cidade, por via do investimento na diversificação da oferta imobiliária, na reabilitação do edificado e no papel regulador do Município. Sabemos que o simples jogo do mercado não permite o aparecimento de oferta de habitação a preço razoável no centro da cidade. Sabemos que para incentivar a fixação de famílias não basta a oferta de habitação, mas que é preciso que a cidade invista na requalificação da sua rede de escolas, de centros de saúde e de espaço público. E sabemos também que uma visão de desinvestimento na escola pública ou de desleixo na manutenção dos espaços públicos é um dos mais poderosos factores de abandono da cidade por parte das famílias. Acreditamos numa cidade segura, onde a redistribuição da rede territorial das esquadras, a mobilização da polícia municipal e a participação dos cidadãos permite aos lisboetas de todas as idades viver a cidade com tranquilidade, sentindo-se livres para circular em segurança e conforto e permitindo a convivência pacífica de todas as culturas e etnias que valorizam a cidade. Recusamos a visão securitária das políticas de segurança, que alimenta a desconfiança do que é diferente.

Queremos apostar no transporte colectivo e nas deslocações rápidas, confortáveis e seguras, nos modos suaves de locomoção, e não na construção de grandes infra-estruturas viárias que sobretudo atraem o trânsito automóvel para o centro da cidade.

Acreditamos que os desafios que se colocam a Lisboa não são apenas responsabilidade do Município, mas passam também pelo desenvolvimento da participação de todos. A cidade é de todos, para todos e todos podem ter uma palavra a dizer.

Em suma: **queremos uma cidade para as pessoas, ambientalmente sustentável, economicamente competitiva, socialmente solidária, governada com ambição, rigor, transparência e participação.**

